
O Anti-Semitismo na Era Vargas

O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945), de Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo, Brasiliense, 1988, 600 p.

Marcos Chor

A questão racial no Brasil tem sido fonte de grandes controvérsias, o que pode ser constatado nas comemorações dos cem anos da abolição da escravidão. Parece que nosso universo cultural e ideológico encontra certa resistência em tratar as relações raciais de uma maneira mais isenta, dando ao tema a importância que ele merece.

No ano passado, em um ciclo de debates intitulado "Autoritarismo e anti-semitismo na era Vargas",¹ a exposição de uma historiadora da Universidade de São Paulo suscitou intensa polêmica em torno da atuação de Osvaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores durante o Estado Novo. Esta historiadora, Maria Luiza Tucci Carneiro, em sua tese

de doutorado *Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, revela entre outras coisas concepções e práticas anti-semitas do então chefe do Itamarati. Revolvendo um terreno minado por ídolos, mitos e segredos, Tucci Carneiro provocou reações apaixonadas ao questionar em particular a imagem de Osvaldo Aranha, que é considerado e reverenciado como o maior defensor brasileiro da causa judaica, e especialmente a criação do Estado de Israel.

Tema mundialmente difundido na década de 30, cultivado durante o século XIX principalmente pelas forças conservadoras que atribuíam aos judeus a destruição do mundo tradicional e a criação da modernidade, o anti-semitismo foi apropriado por diversos movimentos autoritários e totalitários que surgiram no período entre guerras, transformando-se em moeda corrente no quadro cultural e político europeu. Entre outros fatos que compõem este cenário de retomada do anti-semitismo estão o famoso caso Dreyfus, na França, e a publicação, no início do século, dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, panfleto confeccionado pela polícia czarista contendo um plano para a conquista do mundo supostamente elaborado pelos judeus. Os protocolos foram adotados oficialmente pelo partido nazista e constituíram um dos livros básicos de sua doutrina. Tornaram-se conhecidos, recebendo inúmeras edições, o que muito contribuiu para a popularização do mito da conspiração mundial judaica.

No Brasil, as manifestações anti-judaicas podem ser situadas principalmente em dois momentos de nossa história: na atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, na perseguição aos cristãos-novos e judeus vindos de Portugal nos séculos XVII e XVIII, e no primeiro governo Vargas, de 1930 a 1945.

O anti-semitismo, no caso brasileiro, aproxima-se do padrão tradicional, segundo o qual a visão negativa do judeu prende-se a aspectos relativos à religião e à economia. Este padrão, que no imaginário da sociedade brasileira é difuso, contraditório, acobertado, contendo a idéia de exclusão e tolerância, própria às relações raciais neste país, só foi ameaçado em sua hegemonia na década de 30. Neste período, a instabilidade política, o crescimento das correntes antiliberais, o golpe de 37 e o Estado Novo contribuíram em parte para que setores das elites políticas e da intelectualidade concebesssem os judeus como fonte de todos os males do mundo moderno.

Esta visão foi sinteticamente exposta pelo ex-líder integralista Gustavo Barroso da seguinte forma: "Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age politicamente dentro das nações, no sentido de um plano pré-concebido e levado por diante através dos tempos." ² Dessa maneira, mesmo levando em consideração as particularidades da sociedade brasileira, o anti-semitismo moderno, essencialmente político e ao mesmo tempo intolerante, influenciou as atitudes de intimidação, prisão e deportação de judeus, além da proibição de sua entrada no Brasil nos anos 30, principalmente no período do Estado Novo.

Ao centrar seu estudo no primeiro governo Vargas, Tucci Carneiro elaborou um primoroso trabalho de pesquisa de fontes primárias e secundárias. Utilizando documentos do Arquivo Histórico do Itamarati, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e do Arquivo de Hospedagem dos Imigrantes, além de periódicos da época e obras do pensamento social brasileiro que contem-

plam idéias racistas e anti-semitas, a historiadora paulista revela atitudes contrárias aos judeus, principalmente do governo brasileiro, que até recentemente eram desconhecidas. A novidade do trabalho deve-se acrescentar a perseverança com que a pesquisadora soube enfrentar as dificuldades impostas pelo Ministério das Relações Exteriores ao manuseio de documentos do Arquivo Histórico do Itamarati.

Outro aspecto que cabe ser ressaltado é a proposta de estudo do anti-semitismo abarcando diversos níveis de análise (histórico, sociológico, político e ideológico), indicando a riqueza e relevância do tema e propiciando amplas possibilidades de pesquisa sobre esta vertente do pensamento autoritário/totalitário, que até hoje é no Brasil pouco investigado. Além disso, a tese notabiliza-se pela criatividade ao analisar o anti-semitismo nas *charges* existentes em algumas revistas de época e ao valer-se de depoimentos orais de judeus que vivenciaram os riscos e o drama de entrarem no território brasileiro durante o Estado Novo.

No entanto, qualquer trabalho que analise um período tão rico como o primeiro governo Vargas e que se detenha num estudo, em várias dimensões, de uma temática complexa como a do anti-semitismo, corre o risco das imprecisões e generalizações. Esta observação, de início, pode ser constatada na introdução da tese, onde o Brasil é definido como uma pretensa democracia racial “desprovida de campos de concentração ou de extermínio”. Ou mais adiante, quando se lê que “realmente não chegamos a tanto, mas existiram entre nós, o paraíso dos trópicos, condimentos necessários que quase nos transformaram num purgatório nazista” (p. 21-22).

Ao estabelecer uma analogia entre o Estado Novo e o III Reich, Tucci

Carneiro, ao longo de sua tese, valoriza em demasia as semelhanças entre os dois regimes políticos, sem deter-se nas pré-condições que prefigurariam o surgimento de um regime totalitário no Brasil que elegeesse o judeu como inimigo objetivo e propusesse a sua eliminação.

A tese é dividida em quatro partes, sendo que na primeira, dedicada ao fenômeno anti-semita, são empregados com frequência os conceitos de anti-semitismo tradicional e anti-semitismo moderno, elaborados por Hannah Arendt em *O anti-semitismo como instrumento de poder*. Nesta obra, a filósofa política alemã analisa basicamente alguns aspectos do anti-semitismo que contribuem para a compreensão do mundo moderno e da gênese e do funcionamento do totalitarismo. Neste sentido faz-se necessário, para maior clareza da exposição, desenvolver o significado dos dois conceitos apontados acima.

O padrão tradicional de anti-semitismo caracteriza-se pela existência de conteúdos econômico-religiosos, indicando as formas de inserção dos judeus na sociedade até o início da modernidade. A princípio através da religião, como exemplo vivo da verdade do cristianismo, em seguida na economia, integrados pela rejeição, vivendo à margem da produção como embrião monetário numa economia pré-capitalista. Marginalizados, mantendo-se num equilíbrio precário com certa autonomia, os judeus, dentro de uma sociedade não-judia, oscilavam entre a exclusão e a tolerância. Viviam na sociedade, mas não pertenciam à sociedade.

O segundo padrão, desenvolvido a partir do século XVIII, moderno, essencialmente político, culminou no início do século XX, com a elaboração pela polícia czarista dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, o grande

mito da conspiração mundial judaica. Este período é pontuado pela complexa inserção dos judeus na sociedade, através da emancipação, pela crescente autonomia e centralização do Estado e pelas tensões entre sociedade civil e sociedade política. Esta situação histórica fez com que os judeus se tornassem ponto vulnerável de insatisfações advindas da dissolução da sociedade tradicional e do surgimento do processo de modernização.

Para o anti-semitismo moderno, os judeus transformaram-se em “mercadores do mal”, organizados em sociedades secretas e articuladas internacionalmente, presentes nas principais mudanças ocorridas no mundo. Criadores do socialismo, do iluminismo, do capitalismo, do individualismo possessivo, do materialismo, da competição, dos conflitos, do Estado dentro do Estado, da manipulação dos governantes e das massas e, finalmente, do comunismo. Se os judeus ocupam todos os espaços que são responsáveis pelos principais conflitos no mundo moderno, a única solução, segundo este padrão de anti-semitismo, é a eliminação da fonte de todos os males: os judeus.

Mesmo utilizando a tipologia arendtiana, Tucci Carneiro dilui a diferença entre os dois padrões de anti-semitismo abordados pela filósofa alemã, como se pode observar na seguinte passagem: “Tanto no anti-semitismo tradicional como no moderno, o judeu é identificado como um estrangeiro, incapaz de se adaptar e de se integrar nos países onde se instala. Ele é apresentado sempre como um indivíduo hostil à civilização, explorador dos mais fracos, desrespeitador da fé cristã, imoral, anti-social, depredador e de espírito revolucionário; uma anomalia social e racial. O judeu, do ponto de vista econômico, é visto

sempre como um homem rico e poderoso, detentor do capital” (p. 40-41).

Este enfoque destoa do de Hannah Arendt, que concebe o anti-semitismo moderno como uma ruptura que, ao lado de outras rupturas, criaria as condições para o surgimento do totalitarismo. Além disso, a análise dos elementos políticos contidos neste padrão de anti-semitismo sofre de algumas imprecisões, tanto na questão da cidadania na Revolução Francesa, onde se afirma que os judeus “completaram a sua integração na sociedade ocidental”, quanto na colocação de que, “seguindo o exemplo da lei francesa de 1791, os demais países da Europa outorgaram aos judeus o direito de emancipação, destruindo a antiga autonomia comunitária judaica” (p. 40). É bom lembrar que na interação entre judeus e não-judeus, principalmente a partir da era moderna até o início da Segunda Guerra Mundial, os aspectos de tensão e conflito foram mais relevantes do que os de “integração” e “destruição”. Esta é a fonte do anti-semitismo moderno, essencialmente calcada nas tensões entre sociedade civil e Estado.

Estas observações colocam em evidência o próprio entendimento sobre o anti-semitismo que perpassa a tese. Hannah Arendt, em sua obra já mencionada, afirma a inexistência de uma “história analítica do anti-semitismo”. Esta constatação advém das críticas à historiografia judaica, composta em sua maioria por estudos com “tendência polêmica e apologética, detectando da história cristã as ocorrências caracterizadas pelo ódio aos judeus”. Ao sublinhar as catástrofes, expulsões e massacres partilhados pelos judeus em sua história, esta historiografia fundamenta aquilo que Salo Baron denominou de “versão lacrimogênea”, ou que Arendt entende como “a teoria que apresenta os judeus como eterno bode-expiatório”.³

Dessa maneira, mesmo ao analisar o anti-semitismo numa visão múltipla, Tucci Carneiro aproxima-se da historiografia tradicional, enveredando frequentemente pelos caminhos da lamentação e da denúncia. Em consequência disso, nota-se a ausência de uma análise dialética que conceba o fenômeno do anti-semitismo a partir das relações de interação e conflito entre judeus e não-judeus.

A segunda parte da tese, o "Anti-semitismo nas tramas da política nacional", é a mais extensa e importante. Nela, a historiadora da USP resgata os conteúdos racistas presentes nas obras de diversos intelectuais brasileiros, principalmente da República Velha, que influenciaram a política imigratória restritiva do primeiro governo Vargas. Ao mesmo tempo analisa a conjuntura política, privilegiando os aspectos ideológicos que colaboraram para a formação de um pensamento com feições racistas no Brasil. Mas é na atuação da "elite Rio Branco", e particularmente de Osvaldo Aranha, onde se encontra a principal contribuição desta tese. Apresentando uma quantidade significativa de documentos, Tucci Carneiro revela fatos estupefacentes, que suscitam inevitavelmente a releitura da trajetória política de Osvaldo Aranha e do Ministério das Relações Exteriores neste período. Ademais, expõe de maneira transparente o drama de milhares de judeus que, fugindo do nazismo, não puderam entrar no Brasil.

Esta riqueza documental, que tem provocado intensos debates e posicionamentos, destoa do trabalho realizado com o material pesquisado. No caso dos intelectuais brasileiros que foram analisados, a historiadora paulista pinça os conteúdos racistas existentes em suas obras, aponta vagamente influências que informariam estas concepções e, concluindo, estabelece

ligações entre as idéias coletadas e a conjuntura política da época. Este procedimento que recorta a temática *racial*, sem inseri-la no conjunto das obras destes pensadores e na época na qual foram elaboradas, transforma frequentemente o entendimento sobre a questão em denúncia. Além disso, as influências internacionais sobre estes intelectuais não passam de indicações, o que fragiliza as vinculações propostas.

Por último, nota-se a ausência de uma análise mais acurada da Revolução de 30, do período de instabilidade e radicalização política (1930-1937), do golpe de 37 e do governo autoritário do Estado Novo. Algumas passagens podem confirmar esta observação: "Assim, a partir da Revolução de 30, com a ascensão e a participação de uma burguesia comercial e industrial nas esferas do poder, com a emergência de grupos políticos de extrema-direita e com a formulação de um pacto Igreja/Estado, podemos verificar, serpenteando por entre os valores liberais exaltados, a recuperação das idéias raciais" (p. 97).

Em outro momento: "É de suma importância ressaltarmos a presença da Igreja neste momento de consolidação do novo regime que procurava uma ideologia que lhe fornecesse um conteúdo filosófico e moral" (p. 110). E finalmente: "O autoritarismo surgiu como a única forma possível, em contraposição ao liberalismo e ao comunismo, de conter estas 'novas forças' que emergiram no cenário nacional, como consequência do desenvolvimento urbano-industrial. As soluções nacionalistas ganharam força e sentido, encobrendo as atitudes fascizantes de Vargas e seu Ministério" (p. 120).

O enfoque dado às relações entre Estado e sociedade repercutirá na análise do anti-semitismo, particularmente no Estado Novo: "As restri-

ções impostas à entrada dos judeus no Brasil foram muito bem recebidas pela burguesia industrial e comercial, que viu nesta iniciativa governamental um 'trabalho patriótico' e de 'responsabilidade'. A classe sentia-se protegida de 'uma concorrência comercial desleal' que invadia o mercado brasileiro, visto que grande parte dos judeus imigrantes concentravam-se nas cidades, dedicando-se ao comércio. Da mesma forma, esta burguesia sentiu-se beneficiada, no Estado Novo, com a proibição de greves e protestos operários, além da aplicação de uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical" (p. 129).

Neste sentido, o entendimento das relações entre classes sociais, ideologia e instituições políticas é instrumental: o econômico, o social, o político e o ideológico têm determinadas funcionalidades, transformando a pesquisa, em certas passagens, numa leitura árida e repetitiva.

A terceira parte, "Propaganda, imagem e simbolismo", apresenta conteúdos anti-semitas em obras de militantes da Ação Integralista Brasileira, em especial a de Gustavo Barroso, em panfletos de autores desconhecidos, em documentos de alguns diplomatas da "elite Rio Branco" e em órgãos da imprensa. Há ainda um estudo da imagem do judeu na caricatura política.

Mais adiante, a pesquisadora retrata a reação à onda anti-semita, baseando-se fundamentalmente no estudo de algumas obras de judeus e não-judeus publicadas na época. O caso mais interessante refere-se ao inquérito entre intelectuais brasileiros intitulado *Por que ser anti-semita?* A historiadora da USP expõe, com muita propriedade, os preconceitos dos autores em relação aos judeus mesmo ao se colocarem contra o anti-semitismo.

Na quarta e última parte, "As lembranças e emoções dos judeus imigrantes", Tucci Carneiro resgata a memória de judeus vindos da Europa perseguidos pelo nazismo, através de depoimentos orais. Utilizando um método que recentemente tem sido valorizado como forma de recuperação da memória histórica, Tucci Carneiro, a partir de entrevistas, traça um quadro de esperanças, apreensões, frustrações, medo e morte, vivenciado pelos judeus que aqui se encontravam, ou que entravam naquele período no país, ou que foram impedidos de viver aqui.

Na conclusão, a historiadora faz uma síntese da sua visão sobre o anti-semitismo no Brasil nos anos 30, incorrendo em certas imprecisões. A primeira delas é a de considerar que haja contradição entre anti-semitismo e nacionalismo, como aparece no primeiro parágrafo: "O anti-semitismo que se manifestou durante a era Vargas pode ser caracterizado como político e xenófobo, apesar de camuflado sob a máscara do nacionalismo." A segunda, a utilização pouco rigorosa do conceito de anti-semitismo moderno, como se pode observar: "Do ponto de vista do anti-semitismo moderno, verificamos que este se manteve mediante cálculos políticos, ajustado de acordo com as necessidades do poder e instigado por pseudoteorias científicas importadas da Europa" (p. 499). A terceira refere-se às relações entre burguesia e racismo, sem provas convincentes da vinculação entre os dois termos em questão, como por exemplo: "Deste clima de exaltação à raça 'branca' em detrimento do judeu, do negro e do japonês, cresceu o euforismo da tão cobiçada identidade nacional. Pressões vindas de fora somaram-se às nossas tradições racistas e religiosas que, impulsionadas pela força do nacionalismo emergente, contribuíram para a prática do anti-semi-

tismo. E este tipo de manifestação camuflada só pode ser compreendida se relacionada com a ascensão de uma burguesia que mostrou-se liberal nos momentos de vitória mas que, diante do temor de uma revolução proletária e de um pressuposto 'concorrente comercial' — o semita —, apelou para a repressão, a censura e a perseguição aos comunistas, judeus, anarquistas, maçons e até mesmo nazistas" (p. 501).

O anti-semitismo é uma questão no Brasil? Como se insere historicamente esta problemática? Qual é a atualidade deste tema? Apesar dos limites da análise, custo inevitável a quem se propôs um trabalho de tamanha magnitude como este, ao lermos a tese de Maria Luiza Tucci Carneiro talvez não tenhamos respostas

definitivas às questões formuladas, mas teremos subsídios significativos para a compreensão de uma das facetas do autoritarismo e da intolerância neste país.

Notas

1. Este ciclo de debates foi promovido pela Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) no Conjunto Universitário Cândido Mendes, entre 26 e 29 de outubro de 1987.

2. Gustavo Barroso, *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, p. 119.

3. Hannah Arendt, *O anti-semitismo como instrumento de poder*, São Paulo, Documentário, p. 13 e 24.

Marcos Chor é professor auxiliar do Dep. de Sociologia da PUC/RJ e pesquisador da Casa de Osvaldo Cruz (Fiocruz).
